

## DIFICULDADES E DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Layrtthon Carlos de Oliveira Santos  
*Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos (UNIFIP)*  
[layrtthonsantos@fiponline.edu.br](mailto:layrtthonsantos@fiponline.edu.br)

Mariana Santana Fernandes  
*Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário de Patos (UNIFIP)*  
[marisantanas13@gmail.com](mailto:marisantanas13@gmail.com)

Ericarla Verônica Almeida Dias  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CAPES/UEPB.*  
[ericarlaalmeida@gmail.com](mailto:ericarlaalmeida@gmail.com)

Maria Fernanda Gouveia Olinto  
*Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário de Patos (UNIFIP)*  
[gouveia.mariaf@gmail.com](mailto:gouveia.mariaf@gmail.com)

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva  
*Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos (UNIFIP)*  
[alanasilva@fiponline.edu.br](mailto:alanasilva@fiponline.edu.br)

*Simpósio Temático nº 38 – SAÚDE LGBTQIA+: DESAFIOS DAS EXPRESSÕES DE GÊNERO E DAS SEXUALIDADES NO CONTEXTO DO SUS*

### RESUMO

A população LGBTQIA+ há muito tempo recebe um acolhimento negligente no que se refere ao acesso às políticas públicas de saúde. No entanto, a luta da comunidade, ao longo dos anos, tem promovido a criação de algumas políticas, com vistas a melhorar o acesso e a proteção a essa população. O presente estudo teve como objetivo compreender as dificuldades e os desafios que a população LGBTQIA+ de uma cidade no interior da Paraíba enfrenta ao buscar os equipamentos de saúde do município. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho exploratório, tendo 12 participantes que se identificaram pertencentes da comunidade LGBTQIA+. Para coleta de dados, foi utilizado um questionário online e os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo de Bardin. De acordo com os resultados, evidenciou-se que os profissionais da saúde não estão devidamente preparados para atender essa população e isso se dá por falta de capacitação dos mesmos e também pela cultura heteronormativa em que muitos desses profissionais vivem e/ou foram socializados, fazendo com que questões pessoais muitas vezes interfiram no atendimento à referida população. Conclui-se que mesmo com os

avanços nas políticas para a população LGBTQIA+, ainda se faz necessário pensar em estratégias para a efetivação de tais políticas. Estratégias essas que vão desde mudanças nos currículos acadêmicos de cursos ligados à área da saúde, até formações continuadas de profissionais que estão nos serviços de saúde.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+, Saúde, Desafios, Políticas públicas.

## ABSTRACT

The LGBTQIA+ population has long received negligent reception about the access to public health policies. However, the struggles of the community, during the years, has been increasing the access of some policies, to improve access and protection for this population. Therefore, the present study aimed to understand the difficulties and challenges that the LGBTQIA+ population of a city in the interior of Paraíba faces when searching for health equipment in the city. It was a qualitative and exploratory research, with 12 participants who identified themselves as belonging to the LGBTQIA+ community, where an online questionnaire was used for data collection and the data were collected from Bardin content analysis. According to the results, it became evident that health professionals are not prepared to serve this population and this is due to the lack of training of these professionals and also the heteronormative culture in which many of these professionals live, causing personal issues often to interfere in the service to this population. It is concluded that even with the advances in policies for the LGBTQIA+ population, it is still necessary to think about strategies for the effectiveness of such policies. These strategies range from changes in the academic curricula of courses related to the health area to continuing training of professionals who are in the health services.

**Keywords:** LGBTQIA+, Health, Challenges, Public policies.

## INTRODUÇÃO

Esse estudo objetivou identificar quais dificuldades e desafios que a comunidade LGBT+ enfrenta ao buscar os serviços públicos de saúde e como essa população se percebe dentro desses serviços. Sendo necessário também discutir os efeitos que essas dificuldades podem trazer para a comunidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho exploratório, com amostra composta por 12 participantes que se identificaram como pertencentes da comunidade LGBTQIA+ e residentes do município em que a pesquisa foi feita. A coleta de dados se deu através um questionário online no Google Forms, e os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin.

Historicamente, a comunidade LGBTQIA+ é um exemplo de grupo que é negligenciado e excluído em âmbitos de direitos sociais e principalmente na área das políticas públicas de saúde. Nos últimos anos essa população, ‘em teoria’, vem ganhando espaço de cuidado em saúde com à criação da Política Nacional de Saúde Integral de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que uma vez reconhecendo que a população LGBTQIA+ foi por muito tempo discriminada e excluída, busca diminuir a desigualdade dentro dos serviços de saúde, oferecendo um serviço onde esses usuários possam encontrar equidade e resolutividade em seus cuidados em saúde.

É sabido que grande parte da população brasileira ainda é negligenciada quanto a garantia da efetivação dos seus direitos sociais e suas necessidades básicas. Essa parcela da população, em especial, sofre todos os dias com exclusão, preconceitos, julgamentos e discriminação que precisam ser combatidos e que seja colocado em prática o princípio da equidade que prevê que todo e qualquer indivíduo, independente da sua cor, do seu gênero, da sua sexualidade, do seu status social, precisa e deve ter seu direito de acessibilidade às políticas públicas no geral (COSTA et al., 2017).

Nesse sentido, se faz necessário pensar em estratégias para que as políticas voltadas para essa população sejam efetivadas na prática. Além disso, é fundamental uma melhor formação dos profissionais da saúde, que ainda não estejam preparados para atender diferentes grupos populacionais, bem como a implementação de disciplinas inclusivas nos currículos acadêmicos.

## **DESENVOLVIMENTO**

Após a análise das entrevistas dos participantes foram encontradas duas categorias: 1) – Entendimento do usuário sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI – LGBT) e 2) – Atendimento à população LGBT. Tanto as categorias quanto as subcategorias estão dispostas no Quadro 1, assim como é estabelecido na análise de conteúdo, sistematizada por Bardin (1977). Desse modo, cada categoria apresenta trechos dos relatos das entrevistas para que haja uma melhor compreensão do universo pesquisado.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
Categoria 1: Entendimento do usuário sobre a PNSI – LGBT.	- Efetivação da PNSI – LGBT. - Desafios enfrentados na acessibilidade à PNSI – LGBT.
Categoria 2: Atendimento à população LGBTQIA+.	- Preparo dos profissionais no atendimento ao usuário LGBTQIA+. - Relação usuário LGBTQIA+ e equipe.

Quadro 1: Categorias e subcategorias identificadas.

Fonte: Autores, com dados da pesquisa.

De acordo com Filho et al. (2019), a PNSI – LGBT foi criada com o intuito de eliminar o preconceito e discriminação dentro dos equipamentos de saúde e proporcionar para essa população os seus direitos, estando de acordo com os princípios do SUS que são: a integralidade, universalidade e a equidade. Porém Silva et al. (2017) apontam que a saúde da população LGBTQIA+ ainda é marcada por invisibilidade e por incontáveis obstáculos no que diz respeito à garantia do acesso aos serviços públicos de saúde. Em vista disso, há a necessidade de pensar esses obstáculos, começando pelo conhecimento dessa população em relação aos seus direitos à saúde de qualidade. É perceptível que a maioria dos entrevistados não sabem da existência dessa política, de modo que se obteve, em sua maioria, respostas curtas com um “não”.

*“Eu não ouvi falar” (Participante 1)*

Guimarães (2018), em seu estudo, revela que grande parte dos profissionais da saúde não tinha conhecimento da PNSI – LGBT e essa falta de conhecimento se dava pelo fato de não haver capacitações e tampouco formações acadêmicas para o atendimento dessa população. Ainda segundo o mesmo autor, grande parte dos profissionais não tinha nenhum conhecimento a respeito da PNSI – LGBT, o que faz pensar que a implementação dessa política no âmbito da saúde não é efetiva, como os participantes trazem:

*“Deveria ser mais efetiva” (Participante 10)*

*“Os profissionais deveriam ser mais capacitados” (Participante 7)*

*“Mais preparo profissional” (Participante 10)*

Segundo Lima, Sousa e Dantas (2016), um outro fator que também pode ser agravante para a implementação da PNSI – LGBT é a cultura da heteronormatividade em que muitos profissionais da saúde ainda vivem em seu cotidiano, em suas relações sociais e até mesmo em seu contexto de trabalho, dificultando o atendimento à população LGBTQIA+.

*“A grande maioria não está preparada” (Participante 8)*

Sousa (2019) ressalta a importância dos recursos financeiros para a capacitação de profissionais da saúde e, em especial, para atenção primária e especializada, com ênfase maior no nível primário, já que demanda menos recursos em relação à atenção especializada e por ser porta de entrada dos serviços onde o foco é justamente a promoção de saúde e a prevenção de doenças.

A segunda categoria é constituída pelas duas subcategorias: - Preparo dos profissionais no atendimento ao usuário LGBTQIA+; - Relação usuário LGBTQIA+ - equipe. Essas determinações expostas no quadro surgem a partir do relato dos participantes da pesquisa que pontuam o descaso no atendimento da população LGBTQIA+ por parte dos profissionais dos serviços de saúde. Os participantes alegam que os profissionais ainda não estão preparados para atender essa população, visto que algumas pessoas já se viram em situações constrangedoras nos serviços de saúde como é visto na fala abaixo:

*“[...] vi que comentaram sobre como me vestia, por ser bastante afeminado”  
(Participante 12)*

Segundo Negreiros et al. (2019), uma das fragilidades mais características no atendimento por parte dos médicos é a concepção reducionista em relação aos gestos e traços que são considerados femininos em homens ou masculinos nas mulheres menos “delicadas”, levando assim ao médico ou um profissional identificar um paciente LGBTQIA+ sem que ele possa falar sobre sua orientação sexual ou a sua identidade de gênero. Ainda segundo os autores, esse pensamento é segregador, pois existem sujeitos que não apresentam aspectos do universo feminino/masculino, levando assim à redução dos sujeitos e colocando-os como indivíduos que obrigatoriamente se travestem. Dentre os doze participantes da pesquisa, dez alegaram que já sofreram preconceitos nos serviços de saúde:

*“Não só em serviço de saúde como na vida.” (Participante 5)*

Uma boa relação entre os profissionais e usuários é essencial para que a população LGBTQIA+ reconheça as suas necessidades de cuidado e busque os serviços de saúde com mais frequência. Para tanto, os serviços de saúde devem ser oferecidos com qualidade, onde a discriminação não seja dominante e, assim, o usuário tenderá a criar vínculos com a equipe e vai se sentir acolhido buscando os serviços de saúde com frequência (REYMOND, 2018).

No que diz respeito à discriminação por parte dos profissionais, as respostas dos participantes foram unânimes em relação à falta de respeito e à falta de empatia dos profissionais da saúde, sendo indispensável uma preparação maior dos profissionais e mais humanidade nos atendimentos.

*“Mais respeito por parte dos profissionais, mais educação e cordialidade. Ética e sensibilidade também.” (Participante 4)*

De acordo com Guimarães (2018), os profissionais da saúde ainda têm muita dificuldade em abordar a orientação sexual ou a identidade de gênero dos usuários dentro dos serviços, formando, assim, um obstáculo para a população LGBTQIA+. Isso pode acontecer devido ao fato de que muitos profissionais como traz Guimarães et al. (2020) não sabem diferenciar identidade de gênero e orientação sexual.

A discriminação por parte dos profissionais da saúde faz como que muitos não procurem os serviços de saúde para exames de rotina e até mesmo exames relacionados às ISTs, pois o atendimento muitas vezes é cercado por piadas e discursos preconceituosos e discriminatórios. Um participante da pesquisa afirma:

*“[...] na hora de ir fazer testes de DST, o atendimento não é confortável.” (Participante 3)*

No que se refere à relação usuário LGBTQIA+ com a equipe, nota-se uma precariedade devido à postura heteronormativa assumida por muitos profissionais, onde o que foge dessa regra se torna algo errado ou “anormal”. Desse modo, a análise dos achados dessa categoria apontou que os profissionais da saúde ainda não estão preparados para atender a essa população e isso faz com que cada vez mais os usuários LGBTQIA+ se afastem dos serviços de saúde, o que contribui para aumentar os problemas na saúde dessa população que já esteve há tanto tempo à margem da sociedade.

Por fim, vale ressaltar a falta de participantes transexuais e travestis, o que remete a uma reflexão dos motivos dessas pessoas não aceitarem participar da pesquisa. De acordo com Bonassi et al. (2015) ainda é um desafio para as pessoas transexuais e

travestis terem suas vivências legitimadas em nossa sociedade, uma vez que ainda é forte, na sociedade, o discurso de não reconhecimento dessas pessoas, posicionando-as em patologias e levando-os, assim, a um lugar de marginalização de seus corpos e identidades. Segundo Silva (2017), a expectativa de vida da população transexual e travesti é, em média, 35 anos, sendo uma estatística preocupante, já que a média de vida do brasileiro, no ano de 2014, foi de 75 anos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, podemos perceber que mesmo com um grande avanço na garantia dos direitos da população LGBTQIA+, ainda há uma luta cotidiana na nossa sociedade para que esses direitos sejam colocados em prática. Mesmo com a criação de programas e políticas voltadas para essa população, ainda há um grande déficit nas esferas governamentais para a execução dessas políticas.

O governo Federal, ao reconhecer as necessidades dessas políticas para a população LGBTQIA+, proporciona um progresso na história do sistema de saúde no Brasil. Deste modo, o governo assume que essa população por muito tempo esteve invisível na nossa sociedade e somente foi lembrada nas ações de combate a AIDS.

Entre as políticas e programas relacionadas a comunidade LGBTQIA+, a PNSI – LGBT foi criada com o intuito de oferecer para essa população o direito a saúde de forma integral, buscando eliminar o preconceito e a discriminação institucional. Entretanto, se faz necessário, um olhar mais atento no que tange à implementação dessa política, tendo em vista que ainda há uma urgência de ações dos governantes para o minimizar e/ou solucionar o problema do déficit de recursos financeiros para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde do LGBTQIA+. Os recursos recebidos pela PNSI – LGBT advêm de outros programas do Ministério da Saúde como o SPM e SDH, sendo não suficiente para a implementação e efetivação dessa política. Esses recursos são necessários para que a política possa cada vez mais ser fortalecida no âmbito da saúde. A necessidade desses recursos pode ser viável principalmente para a capacitação dos profissionais que diariamente recebem esses usuários, mas que muitas vezes não sabem acolhe-los.

Grande parte dos profissionais de saúde ainda vivem um construto social baseado na ideia da heteronormatividade, em que aqueles que não seguem essa “norma” sofrem preconceito e discriminação nos lugares onde deveriam ser acolhidos de forma integral.

Outros profissionais da saúde não estão preparados para abordar temáticas relacionadas à população LGBTQIA+, pois ainda persiste um grande tabu na nossa sociedade quando o assunto é sexualidade.

Neste sentido, faz-se necessário, portanto, pensar em estratégias de formação continuada e de educação permanente tanto para os profissionais da saúde quanto para os gestores municipais, estaduais que são os responsáveis pela implementação das políticas de saúde nos estados e municípios. Esses momentos de formação precisam acontecer periodicamente já que nos serviços de saúde há uma grande rotatividade de profissionais.

O outro âmbito a se pensar mudanças para a efetivação dessa política é no que diz respeito à formação acadêmica. As diretrizes dos cursos na área da saúde normalmente não abordam essa temática e muitos profissionais saem da faculdade com pouco ou nenhum conhecimento sobre as demandas da população LGBTQIA+.

Uma abordagem pautada na disseminação das informações sobre os direitos da população LGBTQIA+ é outro ponto que vale ressaltar. De acordo com as respostas obtidas, a maioria dos entrevistados não sabia da existência da PNSI – LGBT, logo, focalizar na disseminação é um caminho que possibilita à comunidade o reconhecimento de seus direitos para que, ao buscar os serviços de saúde, possam ser atendidos de forma humanizada e integral como preconiza a própria política.

Os caminhos percorridos para chegar até aqui foram longos, já que a população LGBTQIA+ só começou a ter reconhecimento por volta de 2002, com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Não obstante, ainda muitos enfrentamentos são necessários para que esses direitos, cada vez mais, possam ser respeitados e colocados em prática para que a voz da população LGBTQIA+ ecoe nas instituições de saúde pública.

Espera-se que esse estudo possibilite a construção de estratégias para uma melhor conduta dos profissionais da saúde quanto ao atendimento da população LGBTQIA+, sensibilizando-os para um atendimento mais humanizado, respeitando todas as diversidades sexuais da nossa sociedade.

As limitações encontradas nesse estudo se dão pelo fato de que a pesquisa aconteceu em uma cidade do interior da Paraíba. Dentre as limitações imbricadas ao contexto de interior, a ausência de participação de transexuais e travestis no questionário online foi um ponto de reflexão sobre onde estão essas pessoas em nossa sociedade e de

que modo os futuros estudos podem tentar a inclusão desses indivíduos de forma mais efetiva.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, L. D. et al. Competência Cultural e Atenção à Saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais (LGBT). **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 105-119, nov. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.
- FILHO, M. B. P. et al. Investigação sobre a assistência prestada à população LGBTQ+ na atenção primária de saúde. **Saúde Coletiva (Barueri)**, [S. l.], v. 9, n. 49, p. 1519-1525, 2020.
- GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. **Estigma e diversidade sexual nos discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT**. 2018. 148 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SILVA, J. B. F. et al. Evolução histórica das políticas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no estado da Paraíba. **Revista de Enfermagem UFPE On line**, Recife, v. 11, n. 2, p. 1096-1102, fev. 2017.
- LIMA, M. D. A.; SOUZA, A. S.; Dantas, M. F. Os desafios a garantia de direitos da população LGBT no sistema único de saúde (SUS). **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 3, n. 11, p. 119-125, 2017.
- SOUZA, M. B. C. A. DE. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: ações teóricas e práticas no estado da Paraíba/Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 21, 12 nov. 2020.
- NEGREIROS, F. R. N. et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 25-31, jan-mar. 2020.
- REYMOND, Laurent Philippe Prates. **Acolhimento da população LGBTQ+ no Distrito Federal: do primeiro acesso à criação de vínculos**. 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- GUIMARÃES, N. P. et al. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, p. 372-385 jun. 2020.
- CAMILLO BONASSI, B. et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 83-98, dez. 2015.